



Olhar o Sul

Manuel Ennes Ferreira

mfereira@iseg.ulisboa.pt

CAD E CHINA NA ÁFRICA COVID-19

“A minha ajuda é melhor do que a tua”, diriam países ocidentais à emergente China. E vice-versa. No meio da discussão ficam as partes interessadas, nomeadamente a África Subsariana, que sem muito poder de escolha aceita as concessões. A ajuda pública ao desenvolvimento pode até ser louvável e em muitos casos é uma boia de salvação. Porém, as suas práticas andam por vezes dissociadas das intenções. Isso porque a APD, na sua vertente bilateral, padece de um imbróglio acantonado: é instrumento de política externa. “A minha ajuda é melhor do que a tua”, entoa-se outra vez. Os desafios para enfrentar a pandemia de covid-19 são tremendos. Perspetivam-se tempos duros à região. Neste momento, além da disputa de princípios ou motivações, a cooperação internacional é decisiva. Países mais pobres só serão capazes de vacinar as suas populações, a fim de que a “vida volte ao normal”, em 2023. Estima-se que a África Subsariana necessitará de 2 a 3 biliões de dólares nos próximos dois anos para recuperar da crise humanitária e económica, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e

Não enveredar pela ‘diplomacia das vacinas’ seria dar novo alento à ajuda internacional a África

Desenvolvimento (CNUCED) — conta que não bate com valores recentemente afetados pelos atores internacionais. Em 2019, os 30 países que compõem o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE (países europeus, Japão, EUA e outros) desembolsaram 32,697 mil milhões de euros só para África (27,8% do seu total), quase metade nas áreas sociais, que inclui a governação. A China, pelo seu lado, no total contabilizou 4,4 mil milhões em 2018, sobretudo nos sectores de infraestruturas e energia. A saúde está igualmente presente, porém longe de ser prioridade como é para o grupo CAD. Baseado em princípios e valores, cada um defende ‘a sua cooperação’ como exemplar. “Ajuda seletiva à boa governação” de um lado, “ajuda não condicionada” de outro. “Democracia e boa governação” de um lado, “não interferência em assuntos internos” de outro. “Redução da pobreza” ou “crescimento económico”, como se ambos não fizessem parte de um mesmo processo. E, no entanto, todos praticam em maior ou menor grau ajuda ligada... Será possível deixar de esgrimir e aceitar de vez que a ajuda deve tratar-se de benefício mútuo? Não há melhor ou menos pior. Todos têm telhados de vidro. Ou a ‘diplomacia das vacinas’, retrato vivo da rivalidade, é o caminho que se quer seguir? Se assim for, provavelmente, os supostos beneficiários, os países em desenvolvimento, serão os sacrificados. Mais uma vez.

Professor do ISEG/ULisboa